

**A abordagem das capacidades de Martha Nussbaum e as estudantes com altas habilidades na cidade de Londrina**

Lais Regina Kruczeveski<sup>1</sup>  
Silvana Mariano<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo discorrer acerca das desigualdades enfrentadas pelas mulheres em âmbito global, com foco na educação, para em seguida abordar as especificidades das estudantes com altas habilidades/superdotação. A proposta se baseia numa perspectiva de gênero por meio da abordagem das capacidades desenvolvida por Martha Nussbaum. Segundo esta autora, a perspectiva das capacidades permite englobar questões que outras perspectivas, como a dos direitos humanos e das preferências, não abordam, permitindo, assim, uma reflexão acerca das possíveis barreiras e enfrentamentos que estas estudantes por ventura vivenciam durante o processo de desenvolvimento de suas habilidades na educação básica.

**Palavras-chave:** Altas habilidades/superdotação, gênero, perspectiva das capacidades, educação.

**As desigualdades que atingem as mulheres como fenômeno global**

Esta pesquisa faz parte de uma primeira aproximação com a perspectiva das capacidades, com o objetivo de avaliar a viabilidade de apropriar esta abordagem no desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, a ser desenvolvida no decorrer de 2018 e 2019, que trata a questão das estudantes identificadas com altas habilidades/superdotação.

Deste modo, é fato que em todos os tempo e em quase todas as nações as mulheres enfrentam, em todas as esferas da vida, barreiras associadas às desigualdades entre os sexo e às relações de gênero, seja no espaço privado, público, no âmbito educacional, econômico, social ou cultural. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2016, apesar da não eliminação dessas desigualdades, o progresso de empoderamento das mulheres no mundo tem aumentado. Em termos globais, as mulheres vem obtendo progresso em todas as esferas da vida (UNPD, 2016).

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina; discente do Curso de Mestrado em Ciências Sociais, bolsista da CAPES.  
E-mail: lais\_kruczeveski@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina; professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.  
E-mail: silvanamariano@yahoo.com.br

Ainda de acordo com o relatório, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres não devem ser vistas como questões adiconais no diálogo sobre desenvolvimento e sim como uma dimensão dominante do discurso do desenvolvimento local, nacional e global. Segundo o relatório, “as mulheres provaram ser atoras econômicas produtivas, tomadoras de decisões prudentes, líderes visionárias, voluntárias compassivas e pacificadoras construtivas. E muitas mulheres estão expandindo seus horizontes<sup>3</sup>” (UNPD, 2016, p. 41). Em todos os lugares do globo, ações e iniciativas estão sendo propostas e executadas para contribuir com o empoderamento das mulheres.

O relatório demonstra que gradualmente a sociedade está aceitando e apreciando o que as mulheres podem alcançar e contribuir:

Normas, valores e marcos legais estão evoluindo. A Costa do Marfim está combatendo a discriminação legal contra as mulheres. Enquanto na década de 1990 muitos poucos países protegiam legalmente as mulheres da violência, hoje 127 países o fazem. Isto é em parte o resultado de uma conscientização bem-sucedida sobre o custo humano e econômico de tal violência. O Líbano agora penaliza a violência doméstica. O Peru proíbe o assédio sexual em espaços públicos. A Hungria criminalizou a violência econômica como uma forma de violência doméstica. Cabo Verde adotou uma nova lei em 2011 para combater a violência baseada no gênero. O Estado da Palestina recentemente elaborou a primeira estratégia nacional da região árabe para combater a violência contra as mulheres, com a participação de sobreviventes de violência<sup>4</sup> (UNPD, 2016, p. 41).

Estes dados demonstram que a situação das mulheres no mundo vem melhorando gradativamente ao longo dos anos. Entretanto, Martha Nussbaum (2010) lança a reflexão de que em muitos lugares do globo as mulheres ainda não têm apoio para desenvolver suas funções mais básicas da vida e de que as barreiras e os riscos enfrentados por elas são muito maiores que dos homens.

A autora também aponta que as mulheres são geralmente menos nutridas que os homens, menos saudáveis, são as mais vulneráveis a todos os tipos de abuso e violência, sobretudo sexual. A história também mostra que são as mulheres que enfrentam mais dificuldades e preconceitos para serem alfabetizadas e quanto mais se avança nos níveis de

---

<sup>3</sup> “Women have proved to be productive economic actors, prudent decisionmakers, visionary leaders, compassionate volunteers and constructive peacekeepers. And many women are expanding their horizons” (UNPD, 2016, p. 41)

<sup>4</sup> “Norms, values and legal frameworks are evolving. Côte d’Ivoire is tackling legal discrimination against women. While in the 1990s very few countries legally protected women from violence, today 127 do. This is partly the result of successful awareness- raising on the human and economic cost of such violence. Lebanon now penalizes domestic violence. Peru prohibits sexual harassment in public spaces. Hungary criminalized economic violence as a form of domestic violence. Cabo Verde adopted a new law in 2011 to fight gender-based violence. The State of Palestine recently elaborated the Arab region’s first national strategy to fight violence against women, with the participation of survivors of violence” (UNPD, 2016, p. 41).

educação, mais se aumentam as dificuldades. No mercado de trabalho, enfrentam desafios como a intimidação da família e do cônjuge, a discriminação sexual na contratação, no salário reduzido e no assédio sexual no trabalho. Além de que não existem garantias eficazes para a proteção delas e eliminação desses enfrentamentos.

A participação na vida política se torna quase impossível diante de outras barreiras, e apesar de muitas nações afirmarem que elas são iguais aos homens perante a lei, na prática a situação não é bem assim. Nussbaum (2010) aponta que em muitas nações as mulheres não possuem os mesmos direitos a propriedade que os homens, o direito de firmar um contrato, ou liberdade religiosa e sexual. Não podem frequentar os mesmos lugares, nem ao menos o direito de mobilidade lhes é garantido. Quando em sociedades como o Brasil, em que aparentemente a mobilidade e a liberdade de ir e vir são evidentes, os números de mortes das mulheres aumentam a cada ano. De acordo com a Helena Martins (2017), a taxa de feminicídios no País é a quinta maior do mundo.

A autora relata que só em São Paulo, em uma semana, foram registrados pelo menos cinco casos de mulheres assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), chega a 4,8 para cada 100 mulheres. No Brasil, entre 1980 e 2013, cerca de 106.093 mulheres morreram apenas pelo fato de serem mulheres. Martins (2017) ainda acrescenta que as mulheres negras são estatisticamente as maiores vítimas de violência doméstica.

Um caso recente que ilustra que não somente na esfera doméstica as mulheres sofrem violência: Marielle Franco, a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro, mulher, negra, oriunda do conjunto de favelas Complexo da Maré. Defensora dos direitos humanos, das mulheres, das comunidades LGBTs, Marielle estava empenhada na defesa de projetos de lei para proteger os direitos reprodutivos das mulheres e estava empenhada, sobretudo, na organização dos dados da violência policial nas comunidades do Rio de Janeiro (CARNEIRO, 2018).

As mulheres, além do convívio com a violência dentro e fora de casa, são também as que arcam com a dupla jornada de trabalho. Nussbaum (2010) aponta para a carga que o pensamento tradicional sobre as mulheres como as cuidadoras em sua essência exerce na rotina das mulheres, especialmente para as mulheres pobres dos países em desenvolvimento. A responsabilidade pelos filhos e pelos afazeres domésticos limitam-lhes o tempo de cultivar o lazer, o desenvolvimento da cognição e da imaginação.

No Brasil, as mulheres ainda enfrentam inúmeras barreiras nos mais diferentes espaços da vida pública e privada. É o que afirma o Relatório de Desenvolvimento Humano,

lançado pelas Nações Unidas em 2013. O Índice de Desigualdade de Gênero apontou o Brasil na posição 85 em um ranking de 149 países analisados (JUSBRASIL, 2014).

A necessidade de se quantificar estas desigualdades entre homens e mulheres são de extrema necessidade tendo em vista que estes dados servem como parâmetro e base para a criação e implantação de políticas públicas. O Global Gender Gap Index (GGI) é um destes medidores que coletam dados em nível mundial para a mensuração dos hiatos dentre homens e mulheres em quatro áreas básicas para o desenvolvimento: participação econômica e oportunidades; escolarização; saúde e expectativa de vida; e empoderamento político. Este índice foi introduzido pela primeira vez no Fórum Econômico Mundial, em 2006, com a proposta de desenhar a amplitude das disparidades de gênero e fazer um acompanhamento do seu progresso no decorrer do tempo (WEF, 2017).

Souza (2012) afirma que o GGI é um índice internacional inovador pelo fato de combinar dados quantitativos com dados qualitativos, além de que este índice abrange as disparidades entre homens e mulheres a partir de quatro fatores que são a economia, a educação, a política e a saúde, ou seja, o GGI busca abranger as principais esferas da vida e estas dimensões são compostas por subíndices que permitem de fato equivaler as proporções entre os números relativos a homens e as mulheres.

Este trabalho se foca no âmbito da educação que, de acordo com Nussbaum (2009), encontra-se em estado de crise. A autora aponta que a forma como a educação vem sendo tratada, até mesmo pela abordagem do desenvolvimento humano, tem sido pautada numa linguagem de mercado, focando somente o enriquecimento do país e, desse modo, formando sujeitos dóceis e de olhos fechados para as desigualdades de raça, gênero e religião e que estas desigualdades espelham diferentes oportunidades de vida. Neste sentido, o foco desta pesquisa é voltado a observação de algumas perspectivas metodológicas com o objetivo de apresentar o porque a perspectiva das capacidades permitirá abranger de modo mais completo o estudo das mulheres com altas habilidades.

### **Altas habilidades/superdotação: implicações relativas às questões de gênero**

Angela Virgolim (2007) apresenta uma definição que será utilizada neste trabalho sobre o que são as altas habilidades. Segundo a autora, uma criança ou adolescente considerado/a superdotado/a é a que apresenta uma habilidade em uma ou algumas áreas do conhecimento considerada acima da média das outras pessoas, ou seja, um:

Notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Universidade Estadual de Londrina  
13 a 15 de junho de 2018  
ISSN 2177-8248

acadêmica específica; pensamento criador ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes visuais, dramáticas e musicais; capacidade psicomotora (VIRGOLIM, 2007, p. 2).

Para a autora, quando se fala em superdotação, as pessoas comuns imaginam nomes de pessoas importantes de grande importância para a história da humanidade, como Gandhi, Mozart, Picasso. Apesar destes nomes terem sido de fato pessoas que apresentaram habilidades especiais, as altas habilidades não devem ser pensadas apenas para estas pessoas, e não somente com nomes masculinos.

O único nome feminino citado pela autora é de Marie Curie, que apesar de sua grande contribuição para a ciência, foi somente depois de muito tempo reconhecida pelos seus feitos. Gabriel Pugliese (2012) aponta que Marie Curie foi uma das mulheres mais importantes da história do Ocidente moderno. Ela foi a primeira cientista a ter seu nome associado à radioatividade e é muitas vezes lembrada pelos movimentos feministas justamente pelo tardio reconhecimento de seus feitos.

Marie Curie desenvolveu suas pesquisas com seu marido, Pierre Curie, e ambos compartilharam o Prêmio Nobel. Mas, foi somente após a morte prematura do marido que Marie pode assumir a cadeira de professora na Sorbonne (SCHIEBINGER, 2001). Schiebinger também enfatiza que para as mulheres o casamento, na época, servia como um caminho informal para a ciência.

Apesar das inúmeras barreiras, muitas outras mulheres são reconhecidas hoje como grandes nomes da ciência. Acontece que, quando se trata de mulheres superdotadas, estas barreiras são um pouco mais difíceis de serem quebradas. Para Susana Pérez e Soraia Freitas (2012), o incentivo aos “bons modos” da menina na infância pode causar o atrofiamento de atitudes da mulher, como a capacidade de questionamento e imposição, tornando-a uma pessoa passiva que não pergunta nem questiona na sala de aula, nem na vida. Essas barreiras e conflitos, segundo as autoras, podem também prejudicar o julgamento que essas mulheres têm a respeito de suas habilidades especiais.

Faust (2015) acredita que não somente a questão das altas habilidades/superdotação como também a situação social da mulher está alicerçada pelas representações sociais, desde mitos, crenças ou pensamentos. Portanto, quando uma mulher assume sua alta habilidade/superdotação, implica a negação da sua identidade de mulher “normal”, “igual às outras”, e acaba por se assumir “a diferente”, “a outra”, “a estranha”.

Outro fator que deve ser levado em consideração vem de Nussbaum (2010), retomando o que já foi citado no início do texto comprometem-no que se refere ao

comprometimento do bem-estar emocional das mulheres. Segundo a autora, a vinculação tradicional que vincula a mulher à esfera do cuidado é também um dos principais fatores que podem interferir no desenvolvimento cognitivo da mulher. Um pensamento criticado por Nussbaum é aquele que afirma as mulheres como as cuidadoras primeiras, ou seja, são sempre as mulheres as escolhidas e fortemente recomendadas a cuidar de pessoas em situação extrema de dependência, sejam elas crianças pequenas, idosos, doentes físicos e mentais.

Este tipo de vinculação ao cuidado acontece também de modo que não exista o pagamento para estas funções, além de eliminar o tempo que as mulheres precisam para aproveitar o lazer, a cidadania e o desenvolvimento cognitivo.

De acordo com Faust (2015), enquanto as mulheres são geralmente associadas às “virtudes” e “qualidades” vinculadas à intuição, sensibilidade, cuidado, compreensão e afeto, os homens são vinculados à autonomia, força, responsabilidade e coragem. Estes pensamentos tradicionais, ao longo da história, impossibilitaram e criaram inúmeras barreiras para a inserção e participação efetiva da mulher na educação e, sobretudo, na produção da ciência.

Heleieth Saffioti (1976) aponta que no período do Brasil pré-capitalista acreditava-se que de fato a mulher possuía uma inferioridade mental comparada aos homens. Neste sentido, a negação a instrução e ao desenvolvimento da cognição que impedia as mulheres de desenvolverem suas capacidades intelectuais de modo efetivo.

Sabe-se que as mulheres no Brasil enfrentaram inúmeros obstáculos para o acesso à educação. O advento da sociedade capitalista e a necessidade de instrução para o mercado de trabalho possibilitou aos poucos a inserção da mulher na educação, especialmente das mulheres de camadas médias e superiores. Entretanto, elas ainda eram incentivadas a desenvolverem conhecimento em apenas algumas áreas, como datilografia, educação primária, e outras funções tradicionalmente consideradas femininas (SAFFIOTI, 1976). Com todas as mudanças desde a década de 1970, intensificadas em períodos mais recentes, ainda persistem nichos prioritários para o ingresso de homens e de mulheres, especialmente quando se observam dados de matrículas no ensino superior brasileiro.

Com a emergência dos movimentos feministas e dos estudos de gênero, as mulheres foram também, mesmo que aos poucos e sem menos dificuldades, alcançando seus lugares no desenvolvimento da ciência ocidental que, segundo Schiebinger (2001), apresentava um imenso viés de exclusão das mulheres e outras minorias.

A autora ainda aponta que a ciência moderna, pelo modo como foi escrita, e desenvolvida por sujeitos homens, é resultado de séculos de exclusão das mulheres, e neste

sentido somente poderá incluir estas minorias por meio de um profundo impacto no cerne do pensamento social.

### **Perspectivas de análise, proposições para a promoção da igualdade/equidade**

Amartya Sen (2012, p. 185) acredita que, “a importância da distinção entre buscar a igualdade em diferentes espaços relaciona-se fundamentalmente com a natureza da diversidade humana”. Neste sentido, o autor avalia que, pelo fato de sermos tão diversos, a igualdade num espaço geralmente resulta em desigualdade em outros espaços.

Uma base de classificação que Sen (2012) aponta como bastante relevante no contexto da desigualdade é o sexo. O autor afirma que há “disparidades sistemáticas nas liberdades que os homens e as mulheres desfrutam em diferentes sociedades” (SEN, 2012, p. 190) e estas diferenças não são redutíveis às diferenças na renda ou em recursos. O autor coloca que embora a renda seja um elemento significativo que demonstra as desigualdades entre homens e mulheres, há inúmeros outros elementos que reforçam estas desigualdades.

Existem as desigualdades que começam dentro da família, como as divisões do trabalho doméstico, o tipo de educação recebida, as expectativas esperadas para um e outro sexo. Sen (2012) ainda aponta que as taxas de mortalidade e morbidade refletem esta provação diferente das mulheres em diferentes partes do mundo. Neste sentido, de que forma seria possível a proposição de uma perspectiva de análise que permita pensar acerca destas desigualdades entre homens e mulheres para assim promover uma igualdade/equidade?

Sen (2012), em sua obra *Desigualdade reexaminada* traz à tona duas perguntas: “por que igualdade?” e “igualdade de que?” Para se pensar em possíveis respostas, é preciso primeiro refletir acerca da diversidade que são os seres humanos, além da pluralidade de espaços em que esta igualdade pode ser avaliada como, por exemplo, renda, riqueza, utilidade, liberdade, bens primários e capacidades. Neste sentido, o autor inclui que “as exigências da igualdade em diferentes espaços não coincidem precisamente porque os seres humanos são diversos” (SEN, 2012, p. 201) e que, portanto, “igualdade em um espaço coexiste com desigualdades substanciais em outros.

O que este autor coloca como ponto chave de sua análise é o fato de que, diante de tantas diversidades e pluralidades existentes em todos os espaços ao redor do mundo, é necessário, então, a reflexão de um modo de avaliação e análise que permita adentrar todos estes fatores e observá-los com base numa perspectiva que possibilite de fato o alcance de uma equidade/igualdade verdadeira.

Um exemplo colocado por Nussbaum (2010) diz respeito ao custo da escolarização de homens e mulheres. Segundo a autora, frequentemente, por conta de algumas variações sociais, como as hierarquias tradicionais postas para homens e mulheres, em alguns lugares do globo, a alfabetização das mulheres é mais cara que a dos homens e que, se utilizar a análise através de um índice de recursos, estas desigualdades permanecerão recorrentes.

Um das grandes contribuições de Sen para avaliação da economia mundial foi observar estas especificidades, seja de classe, raça, gênero, religião e localidades diversas para, assim, propor uma forma de avaliação que permita valorizar e pensar de modo mais crítico a distribuição de recursos e o desenvolvimento de todas as nações. O motivo da elaboração de uma análise através de uma perspectiva baseada nas capacidades se deu pelo intuito de permitir abranger estas especificidades no sentido de que, mesmo que os recursos estejam disponíveis, cada ser humano, a partir das suas especificidades, conseguirá em maior e menor grau usufruir destes recursos. E a distribuição de recursos de modo que não se atente as especificidades e barreiras de cada indivíduo, não é uma distribuição igualitária e justa.

Nussbaum (2010) traz um resumo que permite compreender porque outras perspectivas não permitem uma distribuição justa e igualitária dos recursos. A primeira abordagem posta, refere-se à abordagem do Produto Nacional Bruto (PNB). Segundo a autora, Sen contribuiu enormemente nos Relatórios do Desenvolvimento Humano para a superação da concepção que associava desenvolvimento a crescimento econômico. De acordo com Nussbaum (2010), os dados do PNB omitiam uma porção de informações que são relevantes, como renda e distribuição de riqueza, além de informações sobre a situação das mulheres nos diferentes lugares do mundo.

A autora defende que não somente informações de renda são necessárias para analisar a situação das mulheres, mas também informações como cuidados com a saúde, mortalidade infantil, liberdades políticas, oportunidades educacionais e outras categorias de informação. Esta abordagem baseada nos recursos apresenta uma outra dificuldade que diz respeito à variabilidade das pessoas de converter recursos em funcionalidades. Ou seja, as mulheres foram durante anos, privadas de educação e informação, além de que em muitos lugares do mundo, as mulheres foram sociabilizadas acreditando que possuíam e mereciam de fato, um padrão de vida inferior ao dos homens e, neste sentido, determinados bens não lhes são destinados, como participação política e a liberdade sexual.

A autora ressalta que estas variações, além de sociais, podem ser físicas, como, por exemplo, uma mulher grávida precisa de mais nutrientes que uma mulher não grávida, ou uma

criança, que precisa de mais nutrientes que um adulto. E no caso das variações sociais, algumas delas podem estar associadas a hierarquias tradicionais (NUSSBAUM, 2010).

Uma abordagem dos recursos que se atente a estas especificidades deve, por exemplo, oferecer uma educação em que todos os cidadãos são tratados de forma igualitária e os recursos são distribuídos de modo justo, e, deste modo, para se alcançar esta equidade, deve-se dedicar mais recursos aos indivíduos que possuem mais barreiras e obstáculo durante o processo. Portanto, a educação das mulheres, em alguns lugares do mundo, se tornaria mais cara que a educação dos homens.

Uma outra abordagem apontada por Nussbaum (2010), é a abordagem das preferências. Esta abordagem também possui algumas limitações, mas em relação à abordagem dos PNB possui um diferencial, pois “elas olham para as pessoas e avaliam o papel dos recursos para a melhoria das suas vidas” (NUSSBAUM, 2010, p. 25). Entretanto, as pessoas que usam tais abordagens costumam pensar que a forma de avaliar o papel destes recursos é simplesmente perguntar sobre a satisfação de suas preferências.

Neste sentido, a autora coloca que as preferências não são exógenas, ao menos estas preferências são construídas com base em condições econômicas e sociais. As mulheres não escolhem ter ou não independência econômica enquanto não se veem como sujeitos de direito e escolha. As preferências dos homens também são socialmente construídas. De acordo com Nussbaum (2010), tais preferências são construídas tradicionalmente por privilégios e subordinação e, neste sentido, uma abordagem com esta base somente reforçaria estas desigualdades, ao invés de eliminá-las.

Assim como Saffioth já comentou que as mulheres no Brasil foram por muitos anos privadas de educação, Nussbaum comenta que esta privação já demonstra que uma abordagem das preferências não seria um indicador confiável. Do mesmo modo, uma abordagem baseada nos direitos humanos também não seria uma abordagem mais adequada para análise.

Apesar da abordagem dos direitos humanos visar a abordagem destas desigualdades, e ter se esforçado na busca dos direitos de justiça para as mulheres, este tipo de abordagem, segundo Nussbaum (2010), é precária alguns aspectos, que são:

Em primeiro lugar, é intelectualmente contestada: há muitas concepções diferentes de o que são direitos e de o que significa assegurar um direito a alguém. Seriam os direitos pré-políticos, peças de leis e instituições? Eles pertenceriam somente a indivíduos ou também a grupos? Estariam sempre correlacionados a deveres? E quem teria os deveres correlacionados a esses direitos? Os direitos humanos seriam direitos a quê? Liberdade da

interferência estatal, primeiramente, ou também certo nível positivo de bem-estar e oportunidades? Portanto, usar a linguagem de direitos por si só não ajuda muito: apenas suscita uma série de outras questões sobre o que está sendo recomendado (NUSSBAUM, 2010, p. 26).

Neste sentido, uma abordagem pautada nos direitos humanos não é suficiente para responder estas questões. Além de que, esta linguagem dos direitos, segundo a autora, está muito associada às questões de liberdades políticas e civis, e somente na atualidade vem sendo mais tratada no campo econômico. Em relação às mulheres, Nussbaum (2010, p. 26) cita um exemplo, “Uma mulher que não tem oportunidades de trabalhar fora de casa não possui a mesma liberdade de associação que uma mulher que pode trabalhar fora de casa”. Do mesmo modo que uma mulher que não teve oportunidade de estudar terá dificuldades de efetivar sua participação nas decisões políticas.

Outra limitação da abordagem dos direitos humanos se refere às demandas mais urgentes das mulheres que foram ignoradas, como a violência doméstica e os abusos à integridade física. Questões de justiça na família e do não reconhecimento do trabalho doméstico também não foram solucionadas ou amenizadas com esta abordagem. Portanto, qual tipo de abordagem permitiria adentrar o campo das estudantes com altas habilidades/superdotação e que fosse capaz de analisar de forma justa todas as suas especificidades e barreiras para uma educação emancipadora e inclusiva?

### **Por que a perspectiva das capacidades para observar as Altas Habilidades?**

Segundo Sen (2009, p. 265), qualquer teoria ética ou filosófica, mas, em particular, teorias da justiça, precisam escolher um “foco informacional”, ou seja, em “quais características do mundo deve se concentrar para julgar uma sociedade e avaliar a justiça e a injustiça” (SEN, 2009, p. 265). É neste sentido que o autor aponta, em contraste com as abordagens baseadas nos recursos e no utilitarismo, a abordagem das capacidades.

Nesta abordagem, segundo o autor,

A vantagem individual é julgada pela capacidade de uma pessoa para fazer coisas que ela tem razão para valorizar. Com relação às oportunidades, a vantagem de uma pessoa é considerada menor que a de outra se ela tem menos capacidade – menos oportunidade real – para realizar as coisas que tem razão para valorizar. O foco aqui é a liberdade que uma pessoa realmente tem para fazer isso ou ser aquilo – coisas que ela pode valorizar, fazer ou ser (SEN, 2009, p. 266).

Levando em consideração a perspectiva das capacidades, é possível abordar as altas habilidade pensando não nos recursos que se tem disponíveis para ensinar, e atender com

eficácia as estudantes com superdotação, mas sim o que de fato se pode ou não fazer com estes recursos e como estes recursos podem ser melhor utilizados, caso as estudantes atendidas no Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação<sup>5</sup> (NAAH/S) sofram algum tipo de desmotivação ou preconceito relacionado a gênero.

Neste sentido, Nussbaum aponta que

Se operarmos apenas com um índice de recursos, repetidamente reforçaremos desigualdades relevantes para o bem-estar. Como sugerem muitos exemplos, as vidas das mulheres são especialmente passíveis de levantar esses problemas; portanto, qualquer abordagem que tente lidar adequadamente com questões das mulheres deve ser capaz de operar bem com essas variações (NUSSBAUM, 2010, p. 24-25).

Pensando as escolas como ambientes que expressam o sexismo, o objetivo de uma educação inclusiva que atenda as propostas de uma perspectiva das capacidades, as estudantes com altas habilidades devem receber um tipo de atendimento que permita o total desenvolvimentos de suas capacidades levando em consideração possíveis barreiras de gênero.

Virgolim (2007) chama a atenção para o fato de que, nos dias de hoje, sabe-se que as grandes mentes, no que se refere às potencialidades genéticas, não nascem inteiramente prontas. É por este motivo que o encorajamento e o incentivo são fortemente necessários para um melhor desenvolvimento destas potencialidades.

Quando uma criança entra na vida escola, ela, muitas vezes, não tem consciência dos seus talentos. A autora acrescenta que muitas destas crianças não têm sequer a oportunidade de explorar estes potenciais. Durante os primeiros anos de aprendizado, estes talentos geralmente permanecem escondidos, e em muitos casos, escondidos durante toda a vida adulta.

Algumas barreiras dentro da sala de aula que podem ser consideradas um complicador é a não aceitação das suas diferenças pelos/as professores/as e colegas de turma. Se já nos primeiros anos de escola a criança se percebe diferente, por exemplo, se a comunicação se torna difícil devido à diferença de vocabulário e o modo de se expressar, ocorre não aceitação por parte dos seus pares, o que envolve uma barreira e desincentivo destas potencialidades. São nos anos iniciais da educação que muitas vezes se garante o sucesso ou o fracasso do desenvolvimento das habilidades (VIRGOLIM, 2007).

---

<sup>5</sup> NAAH/S (Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação) em 2005 pelo MEC-SECADI foi uma iniciativa que propõe esta integração, inclusão e valorização dessas crianças e adolescentes portadores/as de talentos. Ele funciona como um serviço de apoio pedagógico especializado, oferecendo suporte aos sistemas de ensino no atendimento às necessidades educacionais especiais dos/as alunos e alunas com altas habilidades/superdotação (AH/SD).

Embora Virgolim (2007) acredita que a partir dos anos 2000 e com a implementação no Núcleo de Atendimento para Altas Habilidades/Superdotação em 2005, houve muitas melhorias no atendimento aos/as estudantes superdotados/as, a autora aponta alguns desafios que ainda precisam ser alcançados, como a abrangência dos meios de comunicação que falam sobre a superdotação. Segundo a autora, a falta de conhecimento sobre o que é a superdotação pode aumentar os estigmas e preconceitos em relação a estas especificidades, assim como os mitos que permanecem, sobretudo em relação a mulher superdotada.

A necessidade de materiais adequados e o desenvolvimento de técnicas diferenciadas são essenciais para o desenvolvimento destes/as jovens e, portanto, a adaptação de diferentes currículos e a aproximação deles/as à pesquisa e extensão, são meios capazes desenvolver ainda mais o potencial de superdotação. No caso das mulheres, a oferta de apoio especializado e inclusivo pode auxiliar no aperfeiçoamento e incentivo do desenvolvimento das capacidades.

### **Conclusão**

Para as mulheres, a aceitação da superdotação pode ser mais doloroso. Suzana Pérez e Karina Paludo já afirmaram isto. Os papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres podem ser fatores complicadores para a aceitação destas mulheres e suas habilidades. Uma educação emancipadora deve permitir a formação destas jovens sem o juízo de suas habilidades. Neste sentido, não somente os/as professores/as das salas que atendam estas especificidades devem estar preparados/as para recebe-las como também professores e professoras das salas regulares. A escola deve estar atenta a sinais de preconceito e estereótipos.

Um exemplo citado por uma professora da rede pública de Londrina, é uma jovem, sem diagnóstico de superdotação, mas que vem recebendo comentários vexatórios e preconceituosos dos colegas homens porque venceu um prêmio de robótica, que para os meninos é uma atividade considerada masculina. Um ambiente em que mulheres são desmotivadas a desenvolverem suas capacidades não deve ser um ambiente que auxilie no real desenvolvimento destas capacidades. Deste modo, a quebra de paradigmas e o apoio especializado pode permitir que visões tradicionais e do senso comum sejam esclarecidas e que estas jovens possam desenvolver suas habilidades a partir de seus gostos e capacidades.

## Referências

CARNEIRO, Júlia Dias. *Mulher, negra, favelada, Marielle Franco foi de “cria da Maré” a símbolo de novas lutas políticas no Rio*. Rio de Janeiro: BBC Brasil, 15 de março de 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43423055>> Acesso em: 16 de mar. De 2018.

DELOU, Maria C. C. *Educação do aluno com altas habilidades/superdotação: Legislação e políticas educacionais para a inclusão*. In: A Construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação, Orientação a professores. Vol. 1. Fleith, Denise de Souza (org). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação especial, 2007.

FAUST, Georgia M. *Altas Habilidades e superdotação: questão de gênero?* 30 jun. 2015.

FREITAS, Soraia N.; PÉREZ, Susana G. P. *A mulher com altas habilidades/superdotação: à procura de uma identidade*. Marília: Revista Brasileira, edição especial, v. 18, n. 4, p. 677-694, outubro-dezembro, 2012.

GROSSI, Miriam Pillar; GRAUPE, Mareli Eliana; WELTER, Tânia (org.). *Antropologia, gênero e educação em Santa Catarina*. Tubarão-SC: Coedição: Editora Mulheres, 2017.

HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: SILVA, Tadeu. *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

JUSBRASIL. *Relatório da ONU aponta desigualdade entre homens e mulheres no Brasil*. Agência câmara de notícias: Câmara dos deputados, 2014. Disponível em: <[https://cd.jusbrasil.com.br/noticiaAcesso as/130178402/relatorio-da-onu-aponta-desigualdade-entre-homens-e-mulheres-no-brasil?ref=topic\\_feed](https://cd.jusbrasil.com.br/noticiaAcesso%20as/130178402/relatorio-da-onu-aponta-desigualdade-entre-homens-e-mulheres-no-brasil?ref=topic_feed)> Acesso em: 09 de mai. De 2018.

MARTIN, Emily. *O óvulo e o espermatozoide: Como a ciência construiu um romance baseado em papéis estereotípicos macho-fêmea*. Nova York: Oxford University Press, 1996, p. 103-120.

MARTINS, Helena. *A taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo*. Brasília: Agência Brasil, 27 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/taxa-de-femicidios-no-brasil-e-quinta-maior-do-mundo>> Acesso em: 16 de mar. De 2018.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de Identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF. Niterói, nº 34, 2008, p. 287-324.

NUSSBAUM, Martha. *Capacidades e justiça social*. In: Deficiência e igualdade. DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Lívia (Org.). Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010.

NUSSBAUM, Martha. *Educação para o lucro, educação para a liberdade*. Revista Redescrições – Revista on-line do GT de Pragmatismo e filosofia norte americana. Ano I, número I, 2009.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Universidade Estadual de Londrina  
13 a 15 de junho de 2018  
ISSN 2177-8248

PUGLIESE, Gabriel. *Sobre o “caso Marie Curie”*. São Paulo: Alameda, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Juliana Anacleto. *Gênero na teoria social: papéis, interações e instituições*. Revista Virtú- ICH. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo4a5.pdf>> Acesso em: 11 de mai. De 2018.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Editora Record LTDA, 2012.

SOUZA, Luíza Cardoso Guedes. *A Mensuração da Desigualdade de Gênero: um Índice para os Estados Brasileiros*. 2012. 65 f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

UNPD, United Nations Development Programme. *Human Development Report 2016: Human development for everyone*. UNPD: New York, 2016.

VIRGOLIM, Angela Márgda Rodrigues. *Altas habilidades/superdotação:encorajando potenciais*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Gender Gap Report 2017*. Disponível em: <[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2017.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf)> Acesso em: 08 de mai. De 2018.